

**SOBRE HISTÓRIA E OS NOVOS
ROMPIMENTOS DEMOCRÁTICOS: UMA
ENTREVISTA COM A HISTORIADORA BEATRIZ
GALLOTTI MAMIGONIAN**



Beatriz Gallotti Mamigonian

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4797069J4>

Athaysi Colaço Gomes

Mestranda pelo Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: athaysicolaco@gmail.com

Reverson Nascimento Paula

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CAPES-DS. E-mail: reverson_nascimento@hotmail.com

**SOBRE HISTÓRIA, DEMOCRACIA E OS ROMPIMENTOS DEMOCRÁTICOS:
uma entrevista¹ com a historiadora Beatriz Gallotti Mamigonian**

**ABOUT HISTORY, DEMOCRACY AND DEMOCRATIC BREAKDOWNS: an
interview with historian Beatriz Gallotti Mamigonian**

Entrevistadores: Athaysi Colaço Gomes e Reverson Nascimento Paula

A Historiadora Beatriz Gallotti Mamigonian é conhecida por seus trabalhos envolvendo escravidão, trabalho escravo, africanos livres, tráfico negreiro, abolição e diáspora africana. Atualmente, é professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando na graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História desta Universidade.

Beatriz G. Mamigonian graduou-se em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992) e realizou o mestrado (1995) e doutorado (2002) em História pela University of Waterloo, Canadá, na área de História da Escravidão Comparada e da Diáspora Africana. Foi professora visitante na Michigan State University em 2008. Fez estágios pós-doutorais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2009 e na Universidade de São Paulo (USP) entre 2014 e 2015, com passagem pela University of Michigan nos Estados Unidos em 2014.

Hoje, a professora é coordenadora do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desenvolve o projeto de pesquisa “A liberdade precária, as condições degradantes e as fronteiras da escravidão” e colabora com equipes da UFPR e da UFPel no projeto “Afrodescendentes na região Sul: biografias, trajetórias associativas e familiares”, além de coordenar o Programa de Educação Patrimonial Santa Afro Catarina. Suas pesquisas têm ênfase em História do Brasil (Colônia e Império) e História Moderna e Contemporânea (História da diáspora africana e da escravidão na era moderna, História Social do Direito). Desde 2016, colabora na organização do movimento/coletivo Historiadores pela Democracia, tendo organizado com Hebe Mattos e

¹ Esta entrevista foi realizada de forma escrita, via e-mail.

Tania Bessone a coletânea “Historiadores pela Democracia: o golpe de 2016 e a força do passado” (Alameda, 2016). Em 2017, lançou pela Companhia das Letras o livro “Africanos Livres. A Abolição do tráfico de escravos para o Brasil”.²

Athaysi Colaço Gomes e Reverson Nascimento Paula: Primeiramente, queríamos te agradecer por conceder-nos a entrevista de forma tão solícita e gentil. Em segundo lugar, se possível, gostaríamos que nos falasse brevemente sobre a organização do movimento/coletivo Historiadores pela Democracia? Como se deu esse processo e de onde partiu a iniciativa?

Beatriz Gallotti Mamigonian: Eu que agradeço o convite de vocês e o interesse pelo tema. Passamos tanto tempo nos especializando que tínhamos deixado de lado a defesa de princípios básicos de cidadania, que acreditávamos garantidos. Foi um erro. O movimento Historiadores pela Democracia surgiu entre março e abril de 2016, quando fomos às ruas protestar contra o golpe que já tinha sido desencadeado. Hebe Mattos teve a ideia de reunir vídeos de apoio à presidenta Dilma, e dezenas de historiadores e historiadoras gravaram e divulgaram vídeos que colocavam os ataques à democracia em perspectiva histórica. Os vídeos estão arquivados na página: <https://historiadorespelademocracia.tumblr.com/> Depois, organizamos uma reunião do grupo, que aconteceu na UnB, e uma visita a Dilma, no Palácio da Alvorada. Isso foi em 7 de junho de 2016, já tinha passado a votação da admissibilidade do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, aquela sessão inesquecível de 17 de abril, em que o Brasil se deparou com sua representação dedicando os votos a Deus, à família e até homenageando um torturador condenado pela justiça. Nesse dia da visita a Dilma lançamos um vídeo-manifesto. Estava muito claro, para os historiadores e historiadoras que se juntaram ao grupo, que se tratava de um golpe contra a democracia, para retirar direitos e implantar um plano de governo que tinha sido derrotado nas urnas. O embate de interpretações aconteceu em diversos espaços, incluindo nas associações científicas. A ANPUH não titubeou em denunciar o processo golpista, mas houve debate na SBPC e também na LASA e na BRASA.

² Informações retiradas do próprio currículo Lattes da professora. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8943310836584608>

A.C.G. e R.N.P.: Para conseguir organizar o livro lançado em 2016 vocês se utilizaram de um rigoroso e crítico exercício de história imediata. Em que medida você avalia que esse exercício propiciou benefícios para a compreensão do cenário envolvendo o golpe de 2016?

B.G.M.: No encontro na UnB discutimos estratégias para engrossar a resistência e falamos na publicação de um livro. Falou-se até no título, que acabou virando o subtítulo: “a força do passado”. Nossa visita a Dilma foi noticiada na mídia alternativa e criticada por articulistas da grande imprensa, sinal de que incomodava a narrativa de que Dilma seria irresponsável com as contas públicas. Denunciávamos os agentes, os motivos e os procedimentos da articulação golpista, demonstrando que o motivo alegado do impeachment era uma farsa. Vivemos muito intensamente aqueles dias e semanas, e foi no fim de junho que Hebe e eu combinamos como proceder para o livro. Reuniríamos os textos que os colegas vinham publicando em blogs e nas redes sociais, que faziam leituras do momento político da perspectiva do tema de especialização de cada um. Fizemos uma chamada e selecionamos essas contribuições. Resolvemos por uma ordem cronológica dos textos e preparamos uma cronologia do golpe, para registrar os antecedentes e o desenrolar da trama, sem perder a imprevisibilidade. Nossa intenção, desde o início, era intervir no debate público. Com o livro, além disso, deixamos um documento. Os editores da Alameda, Joana Monteleone e Haroldo Ceravolo Sereza, foram muito receptivos à proposta e o livro ficou pronto a tempo da votação do impeachment no Senado. Infelizmente, a maioria dos senadores estava comprometida com a derrubada da presidenta eleita e com o plano de seu vice, de privatizações e cortes nas políticas públicas.

A.C.G. e R.N.P.: Desde o lançamento do livro, vocês conseguiram mapear e analisar diversas fases da organização do golpe de 2016 e dos elementos que o constituíram. Passados dois anos do lançamento do livro, como você percebe essas etapas? Novos elementos surgiram em meio a essa análise depois de decorrido esse tempo?

B.G.M.: O livro vai até agosto de 2016. Em dois anos, muito do que denunciávamos ficou comprovado. Tem um documento que considero chave para entender a trama que derrubou Dilma, é a carta aberta de Eugênio Aragão a Rodrigo Janot expondo a traição do Procurador Geral da República aos compromissos e princípios que tinha assumido e tinham norteado sua nomeação, e revelando também que a escolha original de Dilma era da procuradora Ela Wiecko. Como foi um processo em que os procuradores e juízes da Lava Jato

atuavam como agentes políticos usando a grande mídia como veículo, quando tentaram fechar o cerco contra o PMDB, divulgaram muitas provas da articulação do golpe. A mais famosa foi a gravação de Sérgio Machado, em que o senador Romero Jucá sugeria que a retirada de Dilma seria uma forma de pacto, “com Supremo [STF], com tudo”, para “estancar a sangria”, isto é, evitar o avanço das investigações de corrupção. Também o presidente ilegítimo admitiu, em setembro de 2016 no Conselho das Américas nos Estados Unidos, que Dilma não tinha aceitado adotar o plano “Ponte para o Futuro”, e que por isso tinha sofrido impeachment. A voracidade em implementar as medidas contra a soberania nacional, como a venda do pré sal, o desmonte da própria Petrobrás e da Eletrobrás e medidas impopulares como a reforma trabalhista demonstram cabalmente os objetivos dos golpistas. Isso sem falar na perseguição às lideranças populares, em particular indígenas, quilombolas, camponesas, que cresceu em número alarmante desde o golpe. Não dá aqui para historiar os dois anos de regime ilegítimo, até porque é muito complexo, mas a perseguição ao Presidente Lula foi claramente uma nova fase do golpe, visto que era preciso criminalizar o próprio Lula pois toda a perseguição ao PT desde 2005 não havia sido suficiente para diminuir as chances eleitorais do partido. Isso resultou na sua prisão, desde 7 de abril desse ano, na Polícia Federal em Curitiba. Lula é tão genial (e generoso) que se deu ao sacrifício em nome do renascimento do PT, que desde então só se fortaleceu, e com essa onda os movimentos populares voltam a poder pautar o debate político depois de uma obsessão com a corrupção, que não é, nem de longe, nosso pior problema.

A.C.G. e R.N.P.: Para finalizar, gostaríamos de agradecer pelo tempo e pela gentileza, mas também gostaríamos, através do mesmo exercício de história imediata, saber como você percebe o desenrolar do golpe nessas eleições e que elementos devem ser pensados e problematizados como novas ou continuadas ameaças a nossa democracia?

B.G.M.: Essas eleições de 2018 se realizam sob o signo do golpe, não há dúvida. Precisamos lembrar que o STF nunca colocou em pauta o julgamento do impeachment. As novas regras das campanhas eleitorais foram formuladas e aprovadas sob a batuta de Eduardo Cunha, presidente da Câmara responsável pela abertura do impeachment de Dilma e um dos maiores articuladores do golpe (“Michel é o Eduardo Cunha”, nas palavras do Romero Jucá). A perseguição da Lava Jato a Lula encontra respaldo no STF, que não só negou-lhe habeas corpus e não decide sobre a constitucionalidade da prisão antes da última instância. O TSE cassou sua candidatura, ao mesmo tempo em que autorizou mais de mil outras candidaturas

sub-judice. De forma inconstitucional, Lula teve seus direitos políticos cassados: não vai poder votar! A parte do judiciário cega pelo antipetismo flerta com o fascismo. O que assistimos nessa eleição foi a entrada do fascismo no campo político e isso é obra da direita, que alimentou o fundamentalismo religioso desde 2010, na campanha do Serra a presidência, com o debate sobre o aborto. Outra ordem de ameaças vêm dos movimentos liberais financiados do exterior: a pregação do individualismo extremo, da meritocracia nega a própria política e a importância dos partidos e é profundamente antidemocrática num país que precisa de políticas públicas redistributivas para combater a desigualdade. O neoliberalismo, que está na sua fase mais agressiva, precisa anular a estrutura do Estado: tanto as regulações quanto os próprios serviços públicos, como educação e saúde, que viram negócios super lucrativos. As ameaças à democracia são muitas, e estamos em momento chave para contê-las e aprofundar nossa democracia, incorporando a população que sempre foi marginalizada e discriminada ao corpo da cidadania plena.

Entrevista concedida em setembro de 2018. Aprovada em setembro de 2018.